

Folha de Goiaz em 1970: “Revolução”, seis anos depois de 1964¹

Juliana Nogueira da SILVA²

Carolina Abbadia MELO³

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO

Resumo

O posicionamento do jornal goiano Folha de Goiaz, periódico dos Diários Associados, em relação à ditadura militar é identificado a partir da análise de conteúdo do especial de seis anos comemorativos do regime militar, publicado pelo veículo em 1970. A partir da análise, observou-se o enquadramento favorável do periódico aos governos militares em notas, notícias, reportagens e editoriais publicados dia 31 de março e primeiro de abril.

Palavras-chave: ditadura militar; 1970; censura; imprensa goiana; folha de goiaz

O objetivo do trabalho⁴ é apresentar o posicionamento do jornal goiano Folha de Goiaz, periódico dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand⁵, durante o Regime Militar brasileiro, mais especificamente em 1970. Para isso, analisou-se o especial de seis anos da “revolução”, publicado pelo Folha nos dias 31 de março e primeiro abril de 1970, onde é apresentado um resumo do que mudou no Brasil desde que o Regime fora instaurado no país em 1964.

Em Goiás, no período da Ditadura Militar, o jornal Folha de Goiaz era um dos principais periódicos do estado, dividindo a liderança de maior circulação com o jornal O Popular⁶. Apesar de sua grande importância na época, hoje pouco se sabe sobre o jornal e sua atuação. Essa pesquisa pretende contribuir para a aquisição de conhecimentos sobre o jornal que foi fundado em 1939 e circulou pela última vez em 1984. (FAVARO, 2015)

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Discente do curso de Jornalismo da PUC-GO. Email: junogueira.s@hotmail.com

³ Orientadora do Trabalho. Pesquisadora e docente da PUC-GO. Email: casadetijolo@gmail.com.

⁴ O artigo é resultado de pesquisa de Iniciação Científica do Projeto “Jornalismo e ditadura militar em Goiás” da PUC-GO. O projeto de pesquisa foi convidado a integrar a Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça “Deputado José Porfírio de Sousa” (CEMVJ), criada para atender às demandas e contribuir com as investigações da Comissão Nacional da Verdade, no Estado de Goiás.

⁵ Empresário que fundou e consolidou os Diários Associados, rede de órgãos de comunicação inicialmente formada por dezenas de jornais diários espalhados de Norte a Sul do país, mais tarde pela revista O Cruzeiro, a rádio Tupi e, por fim, a Rede Tupi de Televisão. A formação dos Diários tem início em 1920 e atinge seu ápice no final dos anos 1950, mas até 1960 a grande mídia era dominada pelas Emissoras e Diários Associados. (MIGUEL, 2015)

⁶ Fundado em três de abril de 1938 pelo político Joaquim Câmara Filho, em parceria com seus irmãos Jaime Câmara e Vicente Rebouças, *O Popular* foi o primeiro jornal produzido na nova capital do Estado de Goiás. Começou a se articular inicialmente como empresa de comunicação na década de 1950 e se consolidou como tal especialmente durante o regime militar. (CAMARA, 1978a; 1978b)

Identificar a atuação do Folha de Goiaz durante o período histórico em questão significa identificar como o jornal se comportou perante o cenário de cerceamento político e incentivo financeiro, organizado pelo governo militar, que desencadeou a lenta extinção de jornais informativos e, por outro lado, a consolidação de grandes conglomerados de comunicação (ABREU, 2002).

Para atingir o objetivo, foram mapeados todos os assuntos retratados na cobertura comemorativa do especial, com o intuito de identificar as principais temáticas valorizadas. Observou-se que as temáticas sobre a política do período e a própria “revolução” ocuparam maior espaço e foram mais exploradas por meio da distinção dos gêneros jornalísticos (notas, notícias, reportagens e editoriais). Sendo assim, realizou-se a análise de conteúdo deste material que retrata a política e a “revolução” para a identificação de qual foi o enquadramento privilegiado pelo jornal em notas, notícias, reportagens e editoriais.

1.1 Ditadura Militar no Brasil e o ano de 1970

Dentre os vinte e um anos em que os militares governaram o país, o ano de 1970 se destacou por motivos como a repressão, o crescimento econômico e a censura à imprensa. “O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava”. O presidente em questão era o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo, de outubro de 1969 a março de 1974, foi considerado o mais duro e repressivo de todo o regime, sendo referenciado como “*os anos de chumbo*”. (SKIDMORE, 2000 *Apud* CORREIA, 2011, p. 94; D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994)

A edição do ato Institucional número 5 (AI-5)⁷ em dezembro de 1968 propiciou substancialmente o cenário da repressão a partir de 1969 contra os grupos opositores e impulsionou o surgimento de novos mecanismos de repressão, como a Operação Bandeirantes (Oban)⁸ criada em 1969 e que a partir de 1970 passaria a agir integrada ao Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). (CORDEIRO, 2009).

A instituição militar nunca esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, no espaço de tempo compreendido

⁷ O AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao golpe militar de 1964. Foi o instrumento que deu ao regime poderes absolutos como o de fechar o Congresso Nacional, suspender direitos políticos por dez anos, intervir nos estados e municípios, demitir funcionários públicos e instalar a censura nas redações dos jornais. (FERNANDES, 2009)

⁸ Centro de informações e investigações do Exército que integrava ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda (CORDEIRO, 2009)

pelo governo Médici, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica. (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994). Não restava outra saída aos movimentos de oposição ao regime militar, se não situada a partir da luta armada:

Nessas circunstâncias, sem válvulas de escape, que alguns grupos de esquerda – desesperados e desesperançados – se lançaram à luta armada. Constituídos fundamentalmente por jovens estudantes audaciosos, mas inexperientes, foram destroçados em uma luta desigual contra os aparelhos da repressão. (REIS, 2005, p. 8)

A luta armada foi responsável por inúmeras ações no ano de 1970, sendo as principais: o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, que ocorreu em São Paulo no mês de março, realizado por militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária); o atentado preparado também por militantes da VPR contra o cônsul dos Estados Unidos que fracassou, no mês de abril; a descoberta do núcleo da guerrilha rural no Vale do Ribeira (SP) organizado por Carlos Lamarca também em abril, onde, na ocasião do cerco policial, o tenente da PM tido como refém, Alberto Mendes Júnior, foi morto e os guerrilheiros conseguiram escapar; o sequestro do embaixador Ehrenfried von Holle-ben da República Federal da Alemanha em São Paulo, realizado em uma ação conjunta da VPR com a ALN (Ação Libertadora Nacional) e ocorreu no mês de junho; o sequestro de um avião da Cruzeiro por membros da Dissidência Estudantil de Niterói no mês de julho. Um dos sequestradores foi morto e os outros três presos por soldados da Aeronáutica que invadiram o avião; a prisão e morte por tortura do fundador e dirigente da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, no mês de outubro; e o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher seguido da morte de seu guarda-costas em ação conjunta da VPR e do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) chefiado por Lamarca no mês de dezembro. (D'ARAUJO, SOARES, CASTRO, 1994)

Um movimento que se fixou no ano de 1970 em Goiás e sofreu forte repressão e posterior extinção foi a Guerrilha do Araguaia. O movimento de guerrilha no campo durou quatro anos (1970-1974) e, segundo Barros (1991), foi o único relativamente bem-sucedido na história recente do Brasil.

No âmbito da gestão do Estado, o chamado “*milagre econômico*” foi a expressão que ficou reconhecida por designar a fase de intenso crescimento econômico no Brasil, durante o governo Médici, que, por outro lado, veio acompanhada da alta da inflação e crescimento da desigualdade social. (NOGUEIRA & CAPELLARI, 2010)

Por sua vez, a censura a jornais, revistas, livros, programas de televisão e rádio, entre outras formas de expressão, foi uma das principais marcas da ditadura militar brasileira, especialmente em 1970. Como suporte para a prática da censura, havia o AI-5. De acordo com Diniz (2015), a censura já intervia nos meios de comunicação desde o início da ditadura, mas, com a promulgação do ato, “foi de fato institucionalizada”. Para Fernandes:

Todos os meios de comunicação sofreram um desgaste em sua autonomia. Na mesma noite em que o Ato foi publicado, censores ocuparam as redações dos principais jornais, rádios, revistas e emissoras de televisão para controlarem as informações públicas. Era o fim da liberdade de expressão. (FERNANDES, 2009, p. 47).

Tem início a censura prévia⁹, onde veículos da imprensa passam a sofrer intervenção do Estado. A censura aos meios de comunicação, contudo, não partia somente dos decretos e ações do governo. Havia também a chamada autocensura, que partia dos próprios veículos de comunicação. Os veículos eram beneficiados com verbas publicitárias, afinal, o maior anunciante da época era o governo, que realizava pressão econômica aos órgãos e empresas que não aderiam ao regime. (SAMWAYS, 2008; OLIVEIRA & FORECHI, 2015)

Como afirma Koshiyama (2015), com a autocensura o jornalismo abdicava de seu poder de decisão sobre a linha editorial, obedecendo às diretivas do regime militar, não noticiando atos arbitrários da ditadura, omitindo-os sob a alegação do medo de represálias. Para Oliveira & Forechi (2015):

A autocensura é mais danosa que a censura exógena exercida pelo Estado, porque implica o envolvimento da vítima da repressão na proposta repressiva. (...) Já a autocensura atinge diretamente a integridade do ser, porque ele aceita a restrição à sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão. (KUCINSKI, 1998, p. 68 *Apud* OLIVEIRA & FORECHI, 2015, p. 08)

Abreu (2002) destaca que o desaparecimento de diversos jornais durante a ditadura militar foi um contraponto da tendência à concentração dos meios de comunicação. Com essa concentração, os periódicos que possuíam uma tiragem menor, enfrentavam sérios problemas financeiros, e muitas vezes não restava alternativa além do fechamento do

⁹ A censura prévia se manifestava com a presença de censores na redação dos jornais periódicos ou, quando a periodicidade não era diária, com a determinação de um prazo de entrega da produção jornalística a Delegacia Regional da Polícia Federal ou em Brasília, onde o departamento da Polícia Federal examinaria o conteúdo (MELO, 2011).

veículo. Só no Rio de Janeiro em 1950 existiam 22 jornais diários comerciais com as mais diversas tendências políticas, em 1960 esse número foi reduzido para 16. Já no final de 1970, o número de jornais diários foi reduzido para sete.

Em Goiás, a censura política na imprensa teve a mesma dinâmica que em outras regiões do país, sendo mais branda no início da ditadura, mais especificamente entre 1964 a 1968, e mais "dura e implacável" após o AI-5, tornando-se inócua até o fim da ditadura (MELO, 2011; GODINHO 2004).

1.3 Folha de Goiaz

O jornal goiano Folha de Goiaz foi um periódico que circulou ininterrupto pelo Estado desde sua fundação em 1939, deixando de circular no ano de 1984. O Folha era um dos jornais de maior circulação de Goiás, juntamente com o jornal O Popular (FAVARO, 2015).

Criado por Gerson de Castro Costa, em 2 de julho de 1939, circulava duas vezes por semana. No ano de 1942, em decorrência de problemas financeiros e equipamentos obsoletos, o jornal é incorporado ao império de Assis Chateaubriand – os Diários Associados, onde mais tarde passaria a ser diário, com Gerson de Castro Costa ainda na direção do jornal. (FAVARO, 2015). Os fatos são lembrados pelo próprio jornal, em seu aniversário de 30 anos:

Nascido no Bairro de Campinas quando Goiânia apenas se inaugurava, mas ainda não se firmava como metrópole, FOLHA DE GOIAZ circulava semanalmente com uma acanhada tiragem de não mais de uma centena de exemplares. Seu fundador, Sr. Gerson de Castro Costa, era ao mesmo tempo repórter, redator e muitas vezes impressor, quando não era distribuidor dos poucos exemplares. Anos depois passava a bi semanário e no ano de 1942, adquirido pelos Diários Associados (...), circulava diariamente. (FOLHA DE GOIAZ, 02.07.69, p.2)

Ainda nas páginas do trigésimo aniversário do diário, se encontra relatos sobre os problemas financeiros do jornal, e sobre a entrada de Francisco Braga Sobrinho como novo diretor do periódico:

Em setembro de 1953, convidado pelo eterno capitão Assis Chateaubriand, assumiu a direção dos dois órgãos associados o Sr. Francisco Braga Sobrinho. Era de lastimar a situação do FOLHA DE GOIAZ e da emissora, com sua folha de pagamentos atrasada, as máquinas sem capacidade de produção. Em poucos meses deu nova dimensão as duas empresas para que

atingissem a posição hoje, de absoluta liderança na imprensa do Brasil Central. (FOLHA DE GOIAZ, 02.07.69, p.2)

Essa “nova dimensão” diz respeito aos avanços tecnológicos obtidos, como a *composição “a frio” e impressão em “off-set”* – o que existia de mais moderno e funcional na técnica jornalística da época. Ainda sobre esse avanço tecnológico, o então deputado e presidente dos Diários Associados, João Calmon, enviara uma mensagem ao diretor do Folha de Goiaz, Francisco Braga Sobrinho no trigésimo aniversário do diário, enaltecendo os avanços do periódico, como é relatado no próprio jornal:

“Os 30 Aniversários da Nossa FOLHA DE GOIAZ” a encontra rejuvenescida, impressa primorosamente em “Off-Set”, confirmando sua permanente preocupação de aprimorar-se para prestar serviços cada vez mais significativos a comunidade desse Estado. Depois do “Correio Braziliense”, foi o matutino “Associado” de Goiânia, o segundo da nossa organização a integrar-se na nova era da composição fria, como passo inicial para um mais amplo aproveitamento dos milagres da tecnologia. Neste dia de festa para toda a imprensa de Goiás (...) envio a (...) Francisco Braga Sobrinho, os nossos mais entusiásticos parabéns pelo êxito de sua gestão (...) que consegue sempre superar os próprios “Records” (FOLHA DE GOIAZ, 02.07.69, p.1)

No ano específico de 1970, conforme se constata pelas páginas do jornal, toda e qualquer revolta contra a ditadura, quando ganhava visibilidade no jornal, era sempre retratada como “terrorismo” e/ou “subversão”. Ao se referir ao governo militar, as palavras “Regime” e “Ditadura” não eram utilizadas. A expressão adotada pelo veículo foi “Revolução”, convergindo à posição favorável dos Diários Associados ao governo militar. (FOLHA DE GOIÁZ, 1970; FAVARO, 2015)

O jornal Folha de Goiaz fechou no ano de 1984, porém não se sabe ao certo o motivo de seu fechamento. O último periódico encontrado tem data de 30 de junho de 1984. Nesta edição não se encontra nenhum relato que fale sobre o encerramento das atividades do Folha de Goiaz, apenas uma reportagem que retrata a crise dos jornais e da cultura (FOLHA DE GOIÁZ, 30.06.1984; FAVARO, 2015).

1.4 Análise do enquadramento

O posicionamento do Folha de Goiaz se mostra ainda mais claro no *corpus* dessa pesquisa: o especial de seis anos da “revolução”, publicado pelo jornal no dia 31 de março e

primeiro de abril de 1970. Intitulado “Revolução: Seis anos depois de 1964”, o especial tem início com o histórico dos presidentes militares que governaram o Brasil até então: os generais Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-). Todos os assuntos retratados na cobertura comemorativa do especial foram mapeados com o objetivo de identificar as principais temáticas valorizadas sobre os seis anos de vigência da ditadura militar brasileira. Conforme se constatou, as temáticas sobre Política e “Revolução” foram as mais retratadas e, com isso, realizou-se a análise de conteúdo deste material para a identificação do enquadramento dos textos jornalísticos.

Sobre a tendência atual da análise de conteúdo, Herscovitz (2010) explica que esta promove uma integração entre duas visões diferentes (qualitativa e quantitativa), de forma que os conteúdos manifestos e latentes sejam incluídos em um mesmo estudo, para que se compreenda além do significado aparente, mas também o significado implícito. Define a análise de conteúdo jornalística como um:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos (...) encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (...) obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequências dos conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina). (HERSCOVITZ, 2010, p. 127)

Conforme observa Herscovitz (2010), o método pode ser utilizado para detectar tendências e modelos na análise de enquadramentos no jornalismo impresso. O enquadramento na prática jornalística é construído por meio da ênfase, exclusão e seleção de determinados aspectos da informação. “Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc.” (ROTHBERG, 2015, pg. 3).

Para o aprimoramento dos estudos de enquadramento, Porto (2015) considera importante estabelecer um marco teórico e conceitual mais claro e sistemático. Deve-se, assim, especificar os níveis de análise do conceito para evitar confusões. O autor propõe a distinção entre os enquadramentos noticiosos e os enquadramentos interpretativos. Os enquadramentos noticiosos são resultados das escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato das matérias, tais como padrões de apresentação, seleção e ênfase para a organização de seus relatos. Escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva

em determinados aspectos de uma realidade percebida. Já os enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos, que operam em um nível mais específico e, possuem uma independência relativa em relação aos jornalistas que os relatam. (PORTO, 2015).

A diferença básica entre os dois tipos de enquadramento é a fonte: “Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais”. Ou seja, os enquadramentos noticiosos resultam das escolhas realizadas pelos jornalistas na produção de textos informativos e os enquadramentos interpretativos representam o espaço de manifestação e interpretação das fontes jornalísticas, ou seja, as falas de pessoas e/ou instituições, atores sociais, utilizadas no texto jornalístico. (PORTO, 2015, p. 15-16)

O primeiro passo para a análise de enquadramentos é, portanto, a definição do nível em que se está trabalhando (enquadramento noticioso ou interpretativo). Isto não significa que pesquisadores não possam trabalhar nos dois níveis ao mesmo tempo, como no caso dessa pesquisa que se direciona a identificar o enquadramento noticioso e interpretativo em notas, notícias, reportagens e editoriais publicados no jornal Folha de Goiaz sobre a ditadura militar. Nesse sentido, o estudo em questão visa apresentar o enquadramento noticioso por meio das escolhas realizadas (apresentação, seleção e ênfase) para a construção principalmente do *lead*¹⁰ e também por meio da seleção das fontes utilizadas no relato. Já o enquadramento interpretativo será percebido por meio do espaço de manifestação da fala das fontes utilizadas no relato jornalístico.

Uma dificuldade que deve ser enfrentada por pesquisadores é o fato de que o conteúdo da mídia é frequentemente contraditório. Para identificar esse universo complexo, Porto (2015) propõe uma classificação sobre a “forma” das mensagens. O primeiro discernimento desta classificação é em relação à presença ou ausência de mais de um enquadramento nos segmentos de conteúdo da mídia:

Assim, segmentos "restritos" são aqueles que incluem um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema político, enquanto que segmentos "plurais" incluem mais de um enquadramento. Os segmentos "plurais" por sua vez podem ser subdivididos em "plurais-fechados", onde um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado, e "plurais-abertos", onde nenhum enquadramento é apresentado como mais válido ou verdadeiro. (PORTO, 2015, p.19)

¹⁰ Primeiro parágrafo do texto jornalístico do gênero informativo (nota, notícias e reportagens).

Nesse sentido, ao analisar o enquadramento noticioso e interpretativo, esse estudo irá classificar os segmentos presentes no texto jornalístico em restrito (com um único enquadramento interpretativo), plural-fechado (onde um enquadramento interpretativo é privilegiado) e plural-aberto (quando nenhum enquadramento é apresentado como mais válido). A classificação dos segmentos permite identificar como a imprensa contribui para dar privilégio a determinadas interpretações hegemônicas da realidade, ao mesmo tempo em que apresenta uma certa diversidade de enquadramentos (PORTO, 2015).

A análise no jornal Folha de Goiaz foi dividida a partir do gênero dos textos jornalísticos. Primeiro foi analisado o enquadramento dos textos do gênero informativo, por meio das notas, notícias e reportagens. Na sequência, observados os textos opinativos, ou seja, o editorial publicado no especial. Mas, antes disso, foram mapeadas todas as temáticas divulgadas no especial de seis anos.

1.5 Folha de Goiaz: um país em harmonia social contra a “subversão”

O especial de comemoração ao golpe militar de 1964, publicado pelo Folha de Goiaz em 1970, tem início com uma página dedicada ao histórico dos presidentes que governaram o Brasil durante esses seis anos. A Tabela 1, a seguir, foi feita a partir da análise dos assuntos abordados no especial, e tem o intuito de mostrar quais temas tiveram visibilidade nesse caderno que tem por objetivo resumir o que aconteceu e mudou no país desde 1964 até 1970.

Conforme se observa, o tópico que gerou maior quantidade de assuntos pautados foi Política e “Revolução”. Nesse tópico, encontram-se notas e notícias sobre as comemorações da data, e nota e reportagem sobre o pronunciamento do presidente Médici; além do editorial “Triunfo da Verdade”.

A notícia sobre Comunicação Social (*Tabela 1*), com o título “Comunicações, onde o futuro já chegou”, valoriza os avanços da grande área, sem fazer referência à supressão de liberdade nas redações de jornais e à censura à imprensa. Da mesma forma, os assuntos Saúde, Eletrobrás, Exército, Habitação, Justiça, Marinha, Força Aérea Brasileira (FAB), Transporte e Fazenda, Trabalho e Previdência são retratados em notícias e reportagens que valorizam os avanços nas respectivas áreas advindos com a “revolução”. O próprio título da matéria sobre a Eletrobrás, por exemplo, ilustra a intenção de valorizar os feitos dos governos militares, como se pode observar: “Energia: 31 novas usinas para o desenvolvimento econômico e a democratização do conforto” (FOLHA DE GOIAZ, 31.03.1970).

Tabela 1

Assuntos que geraram pautas no especial de seis anos dos governos militares

Assuntos	Notas		Notícias		Reportagens		Editorial	
	31/03	01/04	31/03	01/04	31/03	01/04	31/03	01/04
Histórico presidentes					1			
Política/ Revolução	1	1	2			1		1
Comunicação Social			1					
Habitação			5					
Eletróbás			1					
Exército					1			
FAB					1			
Marinha					1			
Justiça					3			
Saúde					1			
Trabalho e Previdência					1			
Transporte e Fazenda					1			
Notas públicas	5							

As instituições públicas como a Universidade Federal de Goiás (UFG), a prefeitura de Goiânia, o governo do Estado, a Companhia de Telecomunicações de Goiás (Cotelgo) e a Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego) tiveram notas públicas divulgadas pelo jornal, que parabenizavam o aniversário da ditadura.

Como se pode constatar, com a retomada histórica dos governos militares no Brasil, o jornal Folha de Goiaz privilegiou temáticas e assuntos que beneficiam a imagem da ditadura militar. Não se referenciou, a partir das pautas, temas espinhosos, como a militância estudantil no ano de 1968, a intervenção nas universidades federais, as greves operárias, os partidos políticos extintos, a luta armada, a guerrilha no campo, a guerrilha urbana, os presos políticos, os exilados, a tortura, a repressão e a censura à imprensa e às manifestações artísticas. Importante destacar que o ano de 1970 foi um período em que a censura à imprensa estava em seu auge, não existindo muitas possibilidades de resistência aos meios de comunicação social.

a) Enquadramento noticioso e interpretativo

Para identificar o enquadramento privilegiado pelo jornal na construção dos textos jornalísticos sobre a ditadura militar, optou-se por analisar as notas, notícias, reportagens e editoriais que retratam a temática “Política e ‘Revolução’”, assunto que mais mobilizou pautas no especial de aniversário.

Em 31 de março, foram publicadas uma nota e duas notícias sobre as comemorações, e em primeiro de abril, há uma nota e uma reportagem sobre uma fala do presidente Médici aos “subversivos” e “inimigos” do regime militar.

Em relação à nota do jornal Folha de Goiaz, no dia 31 de março, intitulada “*Iniciada ontem a ‘Semana da Revolução’*”, o lead privilegia a frase “Falando sobre os benefícios que revolução de 64 trouxe” antes mesmo de referenciar o fato, que é o começo das comemorações alusivas à revolução, realizadas pela Delegacia Regional e Empresa de Correios e Telégrafos de Goiás (ECT), onde o capitão Athos Costa de Faria dá início às comemorações. A nota, publicada na primeira página do jornal, direciona para a notícia na página 5, “*Semana da Revolução iniciada ontem na ECT*”, que repete a mesma estrutura textual e informa sobre a palestra realizada pelo capitão Athos Costa aos alunos do Grupo Escolar Henrique Silva na sede da ECT. Não há enquadramento interpretativo, pois não há fala de fontes, a notícia apenas informa as autoridades públicas e civis que participaram do evento e, no final, apresenta as atividades que irão ocorrer.

Na notícia de 31 de março de 1970, intitulada “*Comemora-se hoje o VI aniversário da Revolução*”, nota-se ambos os enquadramentos: noticioso e interpretativo. A partir da ênfase seletiva do lead é possível notar um enquadramento que beneficia a ditadura militar a partir da adjetivação do texto, como se observa em destaque:

Comemora-se hoje, em todo território nacional, e em particular nas organizações militares de terra, o VI centenário da Revolução de 31 de março de 1964 com programa cívico e patriótico nos quais constarão os *assuntos benéficos* trazidos ao País por aquele *memorável movimento que elevou de muito os destinos* da nacionalidade brasileira. (FOLHA DE GOIAZ, 31.03.70, p.7)

Fala-se em assuntos “benéficos” sem explicar quais são esses assuntos, ao mesmo tempo em que adjetiva o movimento de “memorável” e segue com a afirmação de que esse movimento “elevou os destinos” do país, deixando a informação superficial e generalizante. A notícia prossegue abordando o cronograma de comemorações a serem realizadas até o dia três de abril, e termina com um trecho da fala do ministro Orlando Geisel a ser lida em todos os quartéis:

“Soldado do Exército brasileiro, a nação espera de nós, em íntima comunhão de pensamento e de ação (...), o cumprimento sagrado do dever de vigilância indormida, para que no altar da pátria tremula a mesma bandeira – que

nenhuma outra pode substituir – a bandeira do Brasil”. (FOLHA DE GOIAZ, 31.03.70, p.7)

Sendo a fala do ministro Geisel a única utilizada no relato jornalístico, é possível identificar o enquadramento interpretativo restrito, pois mostra somente o posicionamento do ministro, favorável ao Regime.

A nota “*Médici adverte ao terror: ‘Governos é forte demais para se deixar atemorizar’*”, divulgada pelo Folha de Goiaz no dia 01 de abril de 1970, privilegia a fala do presidente Médici contra os “inimigos” do regime, conforme se percebe:

Falando ontem à nação o Presidente Médici advertiu os inimigos do Movimento Revolucionário, afirmando que seu “governo é forte demais para se atemorizar pelo terror. Muito menos para fazer da tranquilidade da nação e da liberdade de seus cidadãos-refêns, da insânia provocada de alguns poucos desgarrados”. E enfatizou: “Este Governo não fará o jogo de ninguém, mas apenas o próprio jogo. O jogo da verdade” (FOLHA DE GOIAZ, 01.04.1970, p. 1)

Também se encontra um enquadramento interpretativo restrito, pois retrata somente um posicionamento – o do governo do General Emilio Médici, que adverte os inimigos do “Movimento Revolucionário” sobre a força de seu governo. A nota da primeira página direciona para a reportagem veiculada na página 7, “*Médici adverte que haverá repressão dura aos subversivos dentro do jogo da verdade*”, que transcreve a mensagem que o presidente “dirigiu (...) ao povo brasileiro”. A mensagem é transcrita na íntegra e ocupa página inteira do jornal. A ênfase seletiva, como se observa pelo título da matéria, é em relação à fala direcionada aos “subversivos”.

Ao longo da mensagem, o presidente Emílio Médici aborda sobre a desordem que o país vivia antes de o regime ser instaurado, e que passados só seis anos, “março escolheu o caminho da ordem para realizar as reformas, que antes só serviam de estandarte à subversão”. (FOLHA DE GOIAZ, 01.04.70, p. 7). O presidente segue a mensagem prestando homenagem aos dois presidentes que haviam falecido – Castelo Branco e Costa e Silva, e dizendo que se houveram sacrifícios e sofrimentos, estes serviram para a reorganização da vida nacional, e que os resultados estavam ao alcance das mãos.

O presidente entra então no tópico subversão, dizendo que o “Governo da Revolução”, durante esses seis anos, teve de lutar contra a mesma. Afirma que expulsos das áreas vitais do próprio Poder Federal, os agentes subversivos, numa escalada de contestação, aproveitando-se da “fase de ação necessariamente punitiva, e repressiva, dos

primeiros tempos do poder revolucionário, procuravam conquistar a alma generosa da juventude, sobretudo a juventude universitária”. (FOLHA DE GOIAZ, 01.04.70, p. 7). Médici prossegue dizendo que a tentativa fora frustrada, e que não satisfeitos, os tais subversivos tentaram criar a guerrilha rural, porém não obteve apoio do homem do campo, e agora vem substituindo a escalada da contestação pela escalada do terrorismo:

Praticam graves atos de banditismo, assassinatos, roubos, *sequestros de agentes diplomáticos de nações amigas*, golpes de mão para os quais de nada mais precisam senão da audácia de alguns poucos fanáticos dispostos ao crime inspirados no desespero. (FOLHA DE GOIAZ, 01.04.70, p. 7)

O presidente afirma que “a nação brasileira os repudia”, pois sempre abominou a brutalidade, a violência e o sacrifício dos inocentes, e que haverá repressão sim “dura e implacável, mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos”. E adverte os “criminosos” do terrorismo: “Não puniremos inocentes por culpados, não adotaremos sua prática celerada de buscar reféns para açoiar a impotência e a impunidade. Este Governo é forte demais para se deixar atemorizar pelo terror”. (FOLHA DE GOIAZ, 01.04.70, p. 7).

Em momento algum da reportagem são citados nomes de pessoas e/ou organizações a quem o presidente chama de inimigos e subversivos, só fica evidente que são agentes contrários à “revolução”.

O interessante dessa reportagem é que, embora o jornal, ao longo do especial comemorativo, não aborde diretamente qualquer tipo de revolta e repressão, ele deixa claro a sua existência a partir da fala do presidente nessa reportagem. Por meio de sua mensagem, o presidente admite a “ação (...) punitiva e repressiva” do golpe militar, referenciado como “poder revolucionário”; relembra a insatisfação dos estudantes, especialmente dos universitários, apesar de elaborar uma interpretação em que a juventude é considerada inocente e manipulada por forças subversivas; resgata em seu relato a guerrilha rural; os sequestros de diplomatas; e admite a prática da repressão. Sendo essas informações não valorizadas no resgate histórico elaborado pelo jornal Folha de Goiaz, mas referenciadas por meio desta matéria que transcreve a fala na íntegra do presidente Médici.

Apesar disso, o que fica evidente é o posicionamento favorável do jornal ao Regime Militar, fornecendo voz às fontes oficiais da gestão pública militar e/ou a quem apoia o governo. Conforme se percebe, todas as matérias jornalísticas que tiveram enquadramentos interpretativos foram classificadas em segmentos restritos, ou seja, com a presença apenas de um único enquadramento interpretativo. Todos favorável à ditadura militar.

Não diferente ocorre com o editorial “*Triunfo da Verdade*”, publicado no dia primeiro de abril. Por ser editorial, retrata somente um enquadramento interpretativo, ou seja, a opinião do jornal, que confronta as publicações sobre o Brasil do jornal norte-americano *Washington Post*. O jornal norte-americano, segundo o editorial, recebia e publicava correspondências dos chamados “subversivos” brasileiros, geralmente pessoas exiladas e contrárias ao regime. O editorial não explicita o conteúdo dessas correspondências, mas apresenta o posicionamento totalmente contrário do jornal Folha de Goiaz em relação a essas publicações do *Washington Post*, chamadas de “má fé” ou até mesmo de “informações deturpadas da realidade”.

1.6 Conclusão

O objetivo desse artigo foi apresentar o jornal Folha de Goiaz e mostrar o posicionamento do mesmo em relação à Ditadura Militar brasileira. O ano específico pesquisado é 1970. O que se notou ao longo da pesquisa é que o jornal tinha um posicionamento favorável muito claro em relação ao regime militar.

Especificamente sobre o especial publicado no jornal em comemoração aos seis anos de governos militares, a escolha das pautas privilegiou assuntos que beneficiavam a ditadura e não tratou sobre assuntos espinhosos e que tiveram destaque ao longo dos seis anos, como as greves operárias, o movimento estudantil, a censura à imprensa, os presos políticos, os sequestros de embaixadores, etc.

Em relação ao enquadramento privilegiado pelo jornal, observa-se o enquadramento noticioso e interpretativo que beneficia a ditadura militar. Ainda assim, é importante lembrar que o ano de 1970 promoveu o cerco à imprensa por meio da censura institucionalizada e de pressões econômicas aos veículos de comunicação.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002
- BARROS, Edgar Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991
- CÂMARA, Jaime. **Entrevista 40 anos de Política e Jornalismo**. Jornal Opção, Goiânia, 30 abril a 6 maio, p. 9-17, 1978.
- _____. **Ensaio Genealógico, ramificações e atividades da família Câmara em Goiás**. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, 1978.
- CORREIA, Salatiel Pedrosa Soares. **A construção de Goiás – Ensaio de desenvolvimento político e regional**. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2011
- CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de Chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.22, n. 43, jan-jun, p. 85-104, 2009

- D'ARAUJO, Maria Celina & SOARES, Glaucio Ary Dillon & CASTRO, Celso. **Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994
- DINIZ, Lilia. **AI-5: a imprensa acusou o golpe**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ai5> a imprensa acusou o golpe. Acesso em: março de 2015
- FAVARO, Tereza Cristina Pires. **As páginas anticomunistas do Folha de Goiaz**. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20\(110\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2012/Link%20(110).pdf). Acesso em: abril de 2015
- FERNANDES, Camila. **A censura política na imprensa bauruense durante a ditadura militar (1968-1970)**. 1ª Jornada Científica de Comunicação Social: A pesquisa em Comunicação: tendências e desafios. Universidade Sagrado Coração, 2009
- GODINHO, Jávier. **A imprensa amordaçada**. Goiânia: Contato Comunicação, 2004
- GENTILLI, Victor. **O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura**. Estudos em Jornalismo e Mídia, vol. I, n. 2, 2º semestre, 2004
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan Herscovitz. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia & BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. **História e política no Brasil: relações de jornalistas com o regime militar 1964-1980**. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Alice%20Mitika%20Koshiyama.pdf> . Acesso em: abril, 2015
- MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Nova Economia [online], vol.15, n. 3, pp 53-92, 2005
- MIGUEL, Luiz Felipe. **Meios de comunicação de massa e política no Brasil**. Disponível em: http://www.lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2m_idia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf. Acesso em: abril, 2015
- MELO, Carolina Abbadia. **Resistência em pauta: movimento estudantil nas páginas de O Popular em 1968**. Revista Estudos, vol. 38, n.4, p.707-230, out-dez, Goiânia, 2011
- NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes & CAPELLARI, Marcos Alexandre. **História: ensino médio, volume único**. (Coleção Ser Protagonista) São Paulo: Edições SM, 2010.
- OLIVEIRA, Tayla & FORECHI, Marcilene. **Censura e Autocensura: uma abordagem Histórica e Social da Prática Jornalística**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0460-1.pdf>. Acesso em: abril, 2015
- PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317. Acesso em: abril, 2015
- ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. Disponível em: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada_5_danilo_rothberg.pdf. Acesso em: abril, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005
- SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**. Disponível: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimprensaeabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf. Acesso em: abril, 2015